

POBREZA, DESENVOLVIMENTO MENTAL E DESEMPENHO ESCOLAR

ALBERTO CARVALHO DA SILVA *

A repetência e a deserção escolar, tão freqüentes nos setores mais pobres da população, continuam sendo os dois grandes vasamentos responsáveis pelo desnível entre as metas e os resultados reais dos esforços para universalizar a instrução elementar. Elas podem em parte ser atribuídas a condições desfavoráveis da escola tais como localização, horário, ambiente e qualidade do ensino, mas existe um consenso geral de que a causa principal é uma inadequação do desenvolvimento mental e do comportamento das crianças pobres. Destas, uma grande parte das que não conseguiram o ajuste escolar ou nem mesmo o acesso, vão, por caminhos diversos segundo o ambiente e as condições de vida, assegurar a propagação da força de trabalho indiferenciada, formar famílias nas mesmas condições de penúria, marginalização e desagregação em que se desenvolveram, e assegurar a continuidade do ciclo da miséria.

Desvios do desenvolvimento mental e do comportamento tem sido demonstrados em uma grande parte das crianças de nível sócio-econômico baixo. No passado, tomando o efeito pelas causas, atribuiu-se muitas vezes a situação de pobreza e marginalização social a uma inferioridade herdada e transmitida. Este conceito mudou em função de vários estudos e da observação de sociedades que passaram por mudança em prazos relativamente curtos, e portanto sem oportunidade de modificações da natureza genética dentro de cada estrato social. Sem desprezo por apreciável variância e descontos os defeitos congênitos isolados, acredita-se no presente que todos os indivíduos podem atingir os mesmos níveis de desenvolvimento mental e biológico, desde que lhes sejam oferecidas as condições favoráveis. Quais são estas e qual a participação de cada uma, é um problema que se tem procurado esclarecer; e vai se tornando cada vez mais evidente que as causas básicas do desenvolvimento inferior ao potencial nas camadas de baixo nível sócio-econômico são as mesmas que caracterizam e contribuem para manter a condição de pobreza em que elas subsistem.

Os componentes desta condição social que exercem uma ação mais deletéria no desenvolvimento da criança podem ser descritos como sociais e biológicos. Os sociais dizem respeito à realção com outras pessoas, iniciados pelo intercâmbio com a mãe, e expandidos rapidamente a outros integrantes do ciclo familiar e fora deste. Os fatores biológicos são principalmente as condições de nutrição e saúde. Os processos sociais e os biológicos interagem continuamente e sua separação é mais um artifício de descrição e análise do que uma realidade existencial.

Atribui-se cada vez maior importância à interação da mãe e da criança no desenvolvimento desta. Por exemplo, observações em orfanatos tem demonstrado apreciáveis desvios no desenvolvimento mental e no comportamento em crianças normais quanto aos seus estados de saúde e nutrição. Alguns atributos da situação de pobreza que se somam para interferir com esse relacionamento são:

- as más condições de saúde de um ou ambos os membros do par, levando a interrupções freqüentes do intercâmbio normal;
- os numerosos e diversificados encargos da mãe que podem forçá-la a afastar-se da criança por períodos prolongados;
- o pequeno intervalo interpatal, desviando-se para o novo filho as atenções de que o anterior ainda necessita; e
- o baixo nível mental da mãe, prejudicando a elaboração e a ordenação de um intercâmbio afetivo e mental e a sua função de ponte entre a criança e o ambiente.

Destas condições desfavoráveis iniciais, a criança passa ao círculo familiar mais amplo mas igualmente escasso e desordenado em afeto, estimulação e interações. Apática e com linguagem pobre e tardia, ela não solicita bastante as pessoas que a cercam, as quais por sua vez tendem a ignorá-la, e quase não explora o ambiente com prejuízo do desenvolvimento de funções motoras e sensoriais.

Dos fatores biológicos, os dois mais importantes, tanto pela gravidade de seus efeitos como pelo número

* do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina.

de crianças atingidas, são a subnutrição e as moléstias infecciosas e parasitárias.

A subnutrição grave, quando coincidindo com o período crítico do desenvolvimento acelerado do encéfalo — último trimestre da gestação e primeiros 6 a 12 meses de vida extra uterina — causa alterações acentuadas do desenvolvimento mental que persistem, ao menos em grande parte, depois do restabelecimento da nutrição normal. Isto foi demonstrado em diferentes regiões do mundo e em condições étnicas e sócio-culturais diversas, dirimindo possíveis dúvidas de que se trate apenas de um problema regional.

Argumenta-se que, com exceção de alguns bolsões de pobreza, a prevalência de desnutridos muito graves e precoces é baixa, e não se justifica supervalorizar os seus efeitos deletérios sobre o desenvolvimento mental da população como um todo. Esta posição de otimista frieza se enfraquece quando se considera que: a) boa parte dos desnutridos mais graves não são vistos nos estudos epidemiológicos porque estão hospitalizados ou morreram; b) a desnutrição materna é causa de elevados índices de natimortalidade e de prematuridade com alta mortalidade peri e neonatal, e com acentuado grau de comprometimento cerebral entre os sobreviventes, mesmo que não tenham sido expostos a episódios de desnutrição grave pós-natal. Nos estudos hoje clássicos da PAHO sobre mortalidade infantil em seis países (13 regiões) latino-americanos (1966-1968), de um total de 27.508 óbitos com menos de um ano de idade, em 7.701 (26,4%), a subnutrição foi a causa básica ou associada, chegando a 35,5% na cidade de Recife, e a 36,6% em El Salvador. Quando se inclui a mortalidade peri e neonatal, quase toda ela devida à imaturidade, que por sua vez em grande parte é devida à subnutrição materna, a subnutrição participa em 64% da mortalidade infantil.

Problema mais complexo, e de importância muito maior porque chega a afetar de metade a dois terços das crianças nos extratos pobres da população, são as formas mais brandas de subnutrição, frequentemente designadas como Graus I e II de Gomés. Como ela e os fatores sócio-culturais se superpõem na maioria da população infantil, torna-se difícil dissociá-los com segurança. Mas numerosos estudos, recentemente reforçados por uma análise longitudinal na Guatemala (1978) e uma revisão do Inquérito Nacional de Saúde nos Estados Unidos (1977) indicam que desnutrição progressiva, mesmo moderada, é uma das principais causas da alteração no desenvolvimento mental e mau desempenho escolar.

O segundo fator biológico importante é representado pelas frequentes doenças infecciosas e parasitárias a que estão expostas as crianças de nível sócio-econômico mais baixo. A doença agrava a separação entre a criança e seu meio físico e social, contribuindo

para reduzir uma interação que já era insuficiente. Ela conduz a uma espoliação do organismo, aumentando as suas necessidades em energia e nutrientes, ao mesmo tempo que reduz a sua ingestão, quer pela perda do apetite, quer pelo hábito de se diminuir a alimentação no decurso de doenças febris.

Em síntese, embora o retardo mental e o mau desempenho escolar sejam uma resultante da ação das condições sociais e biológicas da constelação da pobreza, cada uma dessas condições tem uma ação própria. Se, através de medidas adequadas, se conseguir eliminar uma ou mais dessas condições desfavoráveis, será possível diminuir a grandeza e a amplitude dos efeitos adversos finais; isto permitirá melhorar as condições de aprendizado e diferenciação profissional, criando perspectivas de ascensão da população de nível sócio-econômico mais baixo. Medidas desta natureza, vistas por muitos como paliativas e ilusórias, podem na realidade ser as únicas viáveis no contexto social e político de um país, ao menos para um futuro próximo. Cumpre pois estudar a natureza dos fatos em que elas se apoiam, e os meios que devem ser usados para que se alcancem os resultados pretendidos. Muito dos insucessos se devem a que boa parte das atividades tem sido planejadas e desenvolvidas na base do preconceito e do improvisado, deixando muitas vezes a suspeita de que se está mais empenhado em salvar as aparências, do que em melhorar de fato a realidade.

A linha dominante de atividades nesse sentido, e a única na maioria dos casos, tem sido a suplementação alimentar por distribuição gratuita ou através de subsídio de preço de alguns alimentos básicos. No entanto, mesmo que a suplementação alimentar seja altamente desejável pelos benefícios que pode trazer para a saúde, por si só ela dificilmente poderá ser suficiente para normalizar o desenvolvimento mental e o aproveitamento escolar onde os fatores sociais tiverem uma participação apreciável.

Quando se associam a suplementação alimentar e a estimulação afetiva e social, sob a forma de uma atividade regular e coordenada, apoiada em uma estrutura estável do tipo pré-escola ou parque infantil, é perfeitamente viável trazer o desenvolvimento mental e o desempenho escolar das crianças do estrato sócio-econômico mais baixo aos mesmos níveis alcançados por seus iguais mais favorecidos. Isto foi demonstrado, acima de qualquer dúvida, no Departamento de Ecologia Humana da Universidade del Valle (Cali, Colombia). Esforço mais modesto mas também promissor é o programa CEAPE desenvolvido em São Paulo e que está sendo transferido a outras regiões com algumas modificações. O programa de Cali é altamente sofisticado, apoiado em recursos humanos e institucionais onerosos, e será agora necessário para assegurar a sua viabilidade em larga escala, verificar que simplificações é possível fazer, sem pre-

juízo apreciável dos resultados. Mesmo que os custos sejam altos, é quase certo que os seus reflexos sobre os investimentos em educação e capacitação profissional sejam altamente compensadores, sobretudo se for levado em conta que estes benefícios tendem a ter uma ação catalítica e encurtar as etapas do desenvolvimento social.

Para definir e avaliar programas desta natureza, ajustados às características de cada região, torna-se essencial o diagnóstico do desenvolvimento mental e da participação relativa dos fatores responsáveis pelo seu rebaixamento, onde este existir. Sem esta análise, a composição dos programas poderá afastar-se bastante da realidade, não incluindo componentes essenciais e aumentando desnecessariamente custos e recursos humanos e institucionais.

Mais do que análises de grande cobertura, são importantes os estudos em profundidade de algumas amostras bem escolhidas, porque permitem distinguir entre o que é geral e pode ser incluído em medidas de grande cobertura, e o que pode resultar de condições regionais e requer ajustes apropriados.

Um programa desta natureza poderia ser definido por alguns centros de pós-graduação no país, onde coexistam as disciplinas de saúde e de ciências sociais com ênfase em desenvolvimento mental e comportamento. Os objetivos, a estrutura das amostras e a metodologia poderiam ser definidas por um grupo de pesquisadores e o programa seria patrocinado por entidades responsáveis por treinamento e pesquisa, tais como CNPq, CAPES, FINEP, FAPESP. Em cada região, os estudos dariam origem a teses de pós-graduação, e isto representaria um benefício adicional do programa, porque contribuiria para estimular o intercâmbio entre alunos de pós-graduação e os pesquisadores de vários centros do país.

A viabilidade de um esforço dessa natureza pode ser aferida pelos resultados do Programa Multidis-

ciplinar de Nutrição, mantido em colaboração por CNPq, CAPES, FAPESP e Fundação Ford entre 1974 e junho de 1977. Este Programa oferecia auxílio para pesquisa e para treinamento para especialistas de diversas disciplinas interessados em aspectos interdisciplinares de nutrição. Embora se tivesse deixado à iniciativa de cada um a concepção de prioridade e idéias, em qualquer trabalho de proselitismo, o programa recebeu numerosas propostas de cientistas sociais, várias delas com ênfase em desenvolvimento mental e do comportamento, e alguns desses trabalhos, que evoluíram para teses de mestrado, aparecem nesta série dos Cadernos de Pesquisa. O número é pequeno, comparado com a amplitude e a gravidade do problema. Mas se levarmos em conta que o programa tinha um espectro extremamente amplo, seus recursos eram restritos, e um grande número de propostas não puderam ser aprovadas, o Programa mostrou que existe grande interesse pelo tema por parte dos pesquisadores e os resultados produzidos nestes estudos representam uma contribuição inicial de valor para a análise das relações entre fatores sociais e ambientais com o desenvolvimento da inteligência e o desempenho escolar, e apontam claramente para a necessidade de se promoverem ações integradas, e não esforços isolados no tempo e no espaço, completamente alheios uns aos outros.

Os esforços para prevenir as conseqüências deletérias da pobreza sobre o desenvolvimento social e biológico do indivíduo, poderão dar um bom resultado se se ampararem em conhecimentos e recursos adequados. De outro modo, quase certamente se confirmarão as interpretações mais pessimistas de que essas conseqüências são, na prática, inevitáveis e só irão desaparecendo na medida em que a própria condição de pobreza for sendo eliminada. Isto, além de injusto e constrangedor do ponto de vista humano, representa um grande obstáculo a mais no árduo caminho da conquista do desenvolvimento e da justiça.

(Recebido para publicação em abril de 1979)